

Banco Mercedes-Benz

Relatório de Gerenciamento de Riscos

Pilar 3 – Circular n.3.678/13



Gestão de Riscos, apuração do montante dos ativos ponderados pelo Risco (RWA), e à apuração do Patrimônio de Referência (PR).

Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.
Base: Junho/2014

Gerenciamento de Riscos – Pilar 3

Índice

Objetivo	04
Perfil Corporativo	04
1. Gerenciamento de Capital	05
1.1 Estrutura	05
Auditoria Interna	06
1.2 Atribuições e Responsabilidades: Planejamento Financeiro e Plano de Capital	06
1.3 Composição do Capital – Patrimônio de Referência	10
1.4 Ativos Ponderados pelo Risco e Suficiência de Capital	10
Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWA_{CPAD})	10
Ativos Ponderados de Risco de Operacional (RWA_{OPAD})	10
Ativos Ponderados de Risco de Operacional (RWA)	10
1.5 Índices da Basileia III	11
Índices da Basileia (IB), de Nível 1 (IN) e de Capital Principal (ICP)	11
Avaliação de Suficiência e adequação do PR	11
2. Balanço Patrimonial	12
2.1 Instituições integrantes das Demonstrações Financeiras	13
3. Risco de Crédito	14
3.1 Diretrizes Organizacionais	14
Políticas	14
Metodologia	14
Papeis e Responsabilidades	15
Comunicação	15
3.2 Exposição ao Risco de Crédito	16
3.3 Por Região Geográfica	18
3.4 Por Setor Econômico	19
3.5 Distribuição por Prazo a decorrer	20
3.6 Distribuição por Faixa de atraso	20
3.7 Provisão para Devedores duvidosos e Prejuízo	21
3.8 Instrumentos Mitigadores e Concentração do Risco de Crédito	23
3.9 Risco de Crédito da Contraparte	23
4. Risco de Mercado	24
4.1 Carteira “Banking”	24
Metodologia	24
Controle e Monitoramento	24
Risco de Taxas de Juros	25

Gerenciamento de Riscos – Pilar 3

Índice

5	Risco de Liquidez	26
5.1	Controle e Monitoramento	26
	Papeis e Responsabilidades	27
	Comunicação	27
6	Risco Operacional	28
6.1	Metodologia	28
	Papéis e Responsabilidades	29
	Comitê de Risco Operacional	29
	Gerenciamento de Riscos	29
	Gestores das áreas de negócios e representantes de Risco Operacional	29
	Controles Internos	30
	Auditoria Interna	30
	Comunicação	30
7	Anexo I: Composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR	31
8	Anexo II: Principais características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)	34

Objetivo

Este relatório tem como objetivo atender aos requerimentos da **Circular n.º 3.678** do Banco Central do Brasil de 31 de outubro de 2013, que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), de que trata a Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013, e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), definido nos termos da Resolução nº 4.192 de 1º de março de 2013, alinhado às novas regras de capital e em conformidade com os normativos institucionais do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.

O Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. no aprimoramento de sua cultura de transparência e integridade, entende ser a apropriada gestão de riscos um dos pilares de sustentação de seus objetivos estratégicos.

Sempre em conformidade com as regulamentações, a organização visa ser a primeira opção em soluções financeiras para os concessionários e clientes finais de sua marca, em parceria com a Mercedes-Benz do Brasil, fabricante dos veículos.

Para informações suplementares às citadas neste documento, consultar os demais relatórios de acesso público disponíveis em www.bancomercedes-benz.com.br na rota “o Banco Mercedes-Benz”.

Perfil Corporativo

Desde 1996 no Brasil, o Banco Mercedes-Benz atua no financiamento de veículos comerciais pesados, leves e automóveis de passeio. De Sprinters a Caminhões e Ônibus, e do Smart aos mais exclusivos veículos de passeio, o Banco Mercedes-Benz ainda negocia o Seguro Integrado ao financiamento para seus clientes, suprindo também recursos para o giro de estoque de sua rede de concessionários.

Presente em todo o território nacional por meio de seus escritórios regionais - São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Recife (PE), Porto Alegre (RS) e Brasília (DF) - conta atualmente com 380 colaboradores atendendo a mais de 100 concessionários da marca.

Sediado no Centro Empresarial do Aço, na Zona Sul de São Paulo, o Banco Mercedes-Benz completa 18 anos de atuação no país em 2014 tendo aproximadamente 71 mil contratos em carteira, Carteira Ativa de 10.6 bilhões e um portfólio de veículos financiados (comercial e passeio) da ordem de 127 mil unidades.

1. Gerenciamento de Capital

O processo de Gerenciamento de Capital tem por objetivo estabelecer diretrizes que permitam a gestão eficaz do capital do Conglomerado Financeiro Mercedes-Benz, de forma a mantê-lo compatível com a natureza das suas operações, com a complexidade dos seus produtos e com a dimensão de sua exposição a riscos.

Esse processo é realizado de forma a viabilizar os objetivos estratégicos do Conglomerado Financeiro Mercedes-Benz, garantindo uma postura prospectiva que antecipe eventual necessidade de capital decorrente de mudanças no cenário de negócios.

O Gerenciamento de Capital é definido como um processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pelo **Banco Mercedes-Benz** e sua suficiência em relação ao capital regulamentar determinado pelo Banco Central do Brasil;
- Avaliação da necessidade de capital frente aos riscos relevantes a que o Banco Mercedes-Benz esteja sujeito, aí incluídos aqueles não cobertos pelo Capital Regulamentar (PRE); e
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e financeiros do Banco Mercedes-Benz.

1.1 Estrutura

A Controladoria é o departamento responsável pelo Gerenciamento de Capital no âmbito do Banco Mercedes-Benz e cabe ao departamento:

- Em relação ao Plano de Capital:
 - Considerar um horizonte de três anos na sua elaboração;
 - Torná-lo compatível com o planejamento financeiro e estratégico do Banco Mercedes-Benz; e
 - Explicitar as metas e projeções de capital, as principais fontes de capital e plano de contingência de capital.
- Fixar procedimentos e critérios que garantam a manutenção de um capital compatível com o apetite para riscos do Banco Mercedes-Benz;
- Determinar a execução e acompanhar a simulação de eventos severos e testes de estresse, avaliando os consequentes impactos no capital;
- Monitorar as condições do mercado e possíveis mudanças a ocorrer, adotando uma postura prospectiva no tocante à necessidade de capital;
- Elaborar relatórios gerenciais periódicos referentes à adequação de capital, que deverão ser submetidos à Diretoria;
- Elaborar descrição da estrutura de gerenciamento de capital, a ser divulgada em conjunto com as demonstrações contábeis (resumo da descrição) e a ser disponibilizado (relatório) juntamente com as demais informações exigidas pela Circular BCB 3.678, de 31.10.2013.

A Diretoria é responsável por todas as informações divulgadas referentes ao Gerenciamento de Capital, incluindo a Política que é revista, no mínimo, anualmente e a cada revisão nova aprovação da Diretoria é requerida.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna é órgão integrante do sistema de Controles Internos do Banco Mercedes-Benz e é responsável pela revisão periódica do processo de Gerenciamento de Capital consoante dispõe o artigo 11 da Resolução CMN 3.988, de 30.06.2012.

1.2 Atribuições e Responsabilidades: Planejamento Financeiro e Plano de Capital

O processo de planejamento financeiro contempla duas revisões anuais, sendo a primeira realizada no primeiro semestre e focada no curto prazo (ano corrente) e a segunda realizada no segundo semestre tendo como foco o curto e o longo prazo (ano corrente e os próximos três anos).

Relação dos Processos de Planejamento Financeiro:

1.	Projeção de Vendas da Montadora
	Responsabilidade: Mercedes-Benz do Brasil (Fábrica)
	Atribuições: - Fornecer a estimativa de vendas para veículos comerciais e veículos de passeio com base em tendências para o setor automotivo brasileiro e estimativas de Market Share.

2.	Definição da estimativa para novos negócios (Varejo)
	Responsabilidade: Diretoria Comercial e Área de Controladoria
	Atribuições: - Projetar volume de participação de novos negócios de financiamento em relação às vendas da montadora. - Projetar os parâmetros de financiamento a serem praticados tais com valor médio financiado, spread, prazos e carências.
	- Projetar segmentação dos novos negócios por perfil de clientes, produtos financeiros e tipo de bem automotivo. . Segmento de Cliente: Varejo, Médios e Grandes Clientes. . Tipo de Bem Financiado: modelo e marca de veículo automotivo financiado. Também são estimados os números de novos financiamentos para veículos automotivos usados e equipamentos sobressalentes. . Produto Financeiro: produtos oferecidos aos clientes (CDC, Leasing, Finame, Finame Leasing, Capital de Giro e outros potenciais).

3.	Definição da estimativa para novos negócios com os concessionários (Atacado)
	Responsabilidade: Área de Controladoria
	<p>Atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projetar o volume monetário financiado e a quantidade de novos financiamentos a serem realizados com os concessionários com base nas projeções de vendas para o setor automotivo brasileiro estimado pela Mercedes-Benz do Brasil (Montadora).

4.	Definição das Taxas de Funding para novos negócios
	Responsabilidade: Áreas de Tesouraria, Controladoria e Matriz (Alemanha)
	<p>Atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Departamento de Tesouraria municia a Matriz com informações sobre mercado local; - Com base nas informações fornecidas pela área de Tesouraria a Matriz projeta as taxas de funding futuras para o período planejado (Exceto BNDES); - Com base nas ações do governo e do BNDES o departamento de Controladoria estima taxas de funding para as operações com recursos do BNDES.

5.	Projeção da Carteira de Crédito (Portfolio)
	Responsabilidade: Área de Controladoria
	<p>Atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projetar a evolução do volume ativo e passivo da carteira de crédito considerando os vencimentos de parcelas dos contratos em vigência e a adição de novos negócios. <p>Produtos da Carteira de Crédito: produtos oferecidos aos clientes de varejo (CDC, Leasing, Finame, Finame Leasing, Capital de Giro e outros potenciais) e produtos financeiros oferecidos aos concessionários (Capital de Giro, compra de recebíveis e Floorplan).</p>

6.	Projeção de novos negócios de Seguros
	Responsabilidade: Diretoria de Seguros
	<p>Atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projetar participação de novos negócios de seguro automotivo em relação às unidades financiadas pelo Banco Mercedes-Benz e vendidas pela Montadora; - Projetar volume de novos negócios de seguro para segmentos não automotivos tais como funcionários, máquinas e instalações da fábrica, transporte marítimo entre outros. - Projetar volume e quantidades de renovações da carteira de seguros. - Projetar os parâmetros financeiros a serem praticados para renovações e seguros novos tais como Prêmio médio, receita de serviços de corretagem, repasse de comissão entre outros.

7.	Projeção das variáveis de Riscos
	Responsabilidade: Áreas de Gerenciamento de Riscos e Cobrança Jurídica
	Atribuições da área de Gerenciamento de Riscos: - Projetar volume da Provisão para Devedores Duvidosos - Projetar volumes de perdas de contratos baixados para prejuízo - Projetar os indicadores de atraso de carteira - Projetar os valores de Risco de Mercado e Risco Operacional para o cálculo do Índice de Basiléia Atribuições da área de Cobrança Jurídica: - Projetar os volumes de recuperações de contratos baixados para prejuízo

8.	Projeção das Demonstrações Financeiras
----	---

8a	Planejamento das Despesas Administrativas
	Responsabilidade: Área de Controladoria com a colaboração das demais áreas e diretorias da Empresa Atribuições - Projetar valor referente às Despesas administrativas por Natureza e Centro de Custo, visando atingir os critérios de eficiência operacional estabelecidos pela matriz (Alemanha).
8b	Projeção da Demonstração de Resultados
	Responsabilidade: Área de Controladoria - Projetar Margem Líquida de Intermediação Financeira - Projetar Margem Líquida de Serviços de Corretagem de Seguros - Projetar Custo de Risco - Projetar Despesas Operacionais - Projetar Outras Receitas e Despesas complementares ao negócio - Projetar Lucro Líquido e Lucro Líquido
8c	Projeção do Balanço Patrimonial
	Responsabilidade: Área de Controladoria Atribuições: - Projetar todos os valores de ativos e passivos da empresa com base nas informações calculadas nas etapas anteriores.

9.	<p>Planejamento de Capital</p> <p>O plano de capital contempla, no mínimo, duas revisões anuais, sendo a primeira realizada no primeiro semestre e focada no horizonte de curto prazo (ano corrente) e a segunda realizada no segundo semestre tendo como foco o curto e longo prazo (próximos três anos). O monitoramento de capital, entretanto, é efetuado mensalmente.</p>
	<p>Responsabilidade: Área de Controladoria</p>
	<p>O plano de contingência de capital visa assegurar níveis de capital compatíveis com os riscos dos negócios em caso de mudanças do cenário econômico-financeiro e em consonância com o limite estabelecido pelo Banco Mercedes-Benz. Quando se identifica possível insuficiência, estão previstas as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Emissão de dívida subordinada; b) Aumento de capital próprio por meio de aporte financeiro realizado pela Matriz. <p>Em caso emergencial, a Mercedes-Benz do Brasil (Montadora) assegura a compra de títulos referente à emissão de dívida subordinada.</p> <p>Atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cálculo do ativo ponderado e do patrimônio exigido - Cálculo do patrimônio de referência - Cálculo do índice de Basiléia e da margem de capital - Verificar a adequação de capital e propor alternativas de captação com volumes, condições e períodos determinados. - Realização de testes de stress e apuração dos respectivos impactos. - Revisão e aprovação do plano de contingência de capital - Apresentação para aprovação do planejamento de capital pelas Diretorias responsáveis.
10.	<p>Divulgação e Apresentação do Planejamento Financeiro e do Planejamento de Capital</p>
	<p>Responsabilidade: Área de Controladoria</p>
	<p>Atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do planejamento financeiro para toda Diretoria Local. - Obter aprovação da Diretoria Local para o planejamento. - Submissão dos dados planejados para a Diretoria da Região (EUA) através de relatório padrão para as subsidiárias.
11.	<p>Aprovação do Planejamento Financeiro</p>
	<p>Instâncias de Aprovação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Região (EUA) - Matriz (Alemanha)

Maiores informações poderão ser obtidas no site: www.bancomercedes-benz.com.br na rota: “o Banco Mercedes-Benz” seguido de “Gerenciamento de Capital”.

1.3 Composição do Capital _ Patrimônio de Referência

O PR utilizado para verificar o cumprimento dos limites operacionais impostos pelo BACEN consiste no somatório do Nível I e Nível II, onde:

- Nível I: composto pelo Capital Principal, apurado a partir do capital social, certas reservas e lucros retidos menos deduções e ajustes prudenciais, bem como pelo Capital Complementar;
- Nível II: composto por instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas, sujeito a limitações prudenciais.

A composição detalhada do Patrimônio de Referência conforme requerido pela Circular nr.º 3.678/13 pode ser observado no Anexo I.

1.4 Ativos Ponderados pelo Risco e Suficiência de Capital

Em conformidade com a Resolução 4.193, segue o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA):

RWA_{CPAD} POR FATOR DE PONDERAÇÃO DE RISCO (FPR)

Em R\$ milhares	RWAcpad por FPR					
	mar-13	jun-13	set-13	dez-13	mar-14	jun-14
FPR de 20%	23.982	22.618	9.145	26.055	35.286	29.820
FPR de 75%	926.855	899.664	1.921.191	1.226.082	1.317.864	1.308.879
FPR de 85%	-	-	-	1.351.873	1.569.330	1.606.021
FPR de 100%	8.415.700	8.599.309	7.718.382	7.039.145	6.414.313	6.709.869
FPR de 250%	-	-	-	756.205	819.443	789.914
FPR de 300%	529.418	69.255	54.600	50.391	-	32.218
RWAcpad - Total Alocado	9.895.955	9.590.845	9.703.318	10.348.969	10.156.236	10.476.722

RWA_{OPAD} - RISCO OPERACIONAL PELA ABORDAGEM DO INDICADOR BÁSICO *

Em R\$ milhares	RWAopad					
	mar-13	jun-13	set-13	dez-13	mar-14	jun-14
Indicador de Exposição em T-3	357.545	357.545	404.357	404.357	438.675	438.675
Indicador de Exposição em T-2	438.675	438.675	465.634	465.634	498.862	498.862
Indicador de Exposição em T-1	498.862	498.862	516.612	516.612	518.915	518.915
RWAopad - Total Alocado	588.674	588.674	630.274	630.274	662.023	662.023

* Esta metodologia corresponde ao somatório dos valores calculados para o Indicador de Exposição (IE) ao Risco Operacional. Consiste na soma dos valores semestrais, para cada período anual, das receitas de intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, deduzidas as despesas de intermediação financeira. A apuração é realizada com base na média aritmética dos valores positivos dos Indicadores de Exposição anuais dos últimos três períodos após a multiplicação pelo fator 0,15.

RWA

Em R\$ milhares	RWA					
	mar-13	jun-13	set-13	dez-13	mar-14	jun-14
RWAcpad	9.895.955	9.590.845	9.703.318	10.348.969	10.156.236	10.476.722
RWAopad	588.674	588.674	630.274	630.274	662.023	662.023
RWA - Total Alocado	10.484.628	10.179.519	10.333.592	10.979.243	10.818.259	11.138.746

1.5 Índice da Basileia III

Em atendimento à Circular n.º 3.678/13 do Banco Central do Brasil, são disponibilizadas trimestralmente informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE), Patrimônio de Referência Mínimo.

O Demonstrativo de alocação de capital regulamentar é feito de forma consolidada tomando-se como base os dados do Conglomerado Financeiro Mercedes-Benz do Brasil S.A. Em conformidade com a regulamentação atual (Basileia III), para 30 de junho de 2014, o Índice é de 13,59%, conforme apresentado abaixo.

ÍNDICES DA BASILEIA (IB), DE NÍVEL 1 (IN1) E DE CAPITAL PRINCIPAL (ICP)

Em R\$ milhares	ÍNDICES DE BASILEIA (IB), DE NÍVEL 1 (IN1) E DE CAPITAL PRINCIPAL (ICP)					
	mar-13	jun-13	set-13	dez-13	mar-14	jun-14
PR	1.412.494	1.263.380	1.265.394	1.452.897	1.473.830	1.513.923
RWA	10.484.628	10.179.519	10.333.592	10.979.243	10.818.259	11.138.746
ÍNDICE DE BASILEIA (IB)	13,47%	12,41%	12,25%	13,23%	13,62%	13,59%
NÍVEL 1	1.262.693	1.126.696	1.137.388	1.289.852	1.324.002	1.359.686
RWA	10.484.628	10.179.519	10.333.592	10.979.243	10.818.259	11.138.746
ÍNDICE DE NÍVEL 1 (IN1)	12,04%	11,07%	11,01%	11,75%	12,24%	12,21%
CAPITAL PRINCIPAL	-	-	-	1.289.852	1.324.002	1.359.686
RWA	-	-	-	10.979.243	10.818.259	11.138.746
ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (ICP)	-	-	-	11,75%	12,24%	12,21%

AVALIAÇÃO DE SUFICIÊNCIA E ADEQUAÇÃO DO PR

Em R\$ milhares	SUFICIÊNCIA E ADEQUAÇÃO DO PR					
	mar-13	jun-13	set-13	dez-13	mar-14	jun-14
PR	1.412.494	1.263.380	1.265.394	1.452.897	1.473.830	1.513.923
PR Mínimo para o RWA	1.153.309	1.119.747	1.136.695	1.207.717	1.190.009	1.225.262
Margem Patrimônio de Referência	259.185	143.633	128.699	245.180	283.821	288.661
Risco da taxa de juros da carteira banking (Rban)	23.532	22.298	22.282	21.959	21.643	20.361
Margem Patrimônio de Referência e Rban	235.653	121.335	106.417	223.221	262.178	268.300

Maiores informações poderão ser obtidas no site: www.bancomercedes-benz.com.br na rota: “o Banco Mercedes-Benz” seguido de “Gerenciamento de Risco”.

2. Balanço Patrimonial

Apresentamos abaixo o Balanço do Conglomerado Prudencial do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL			
BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2014 EM RS MIL			
<u>ATIVO</u>		<u>PASSIVO</u>	
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	10.926.734	CIRCULANTE E EXÍGIVEL A LONGO PRAZO	9.554.728
Disponibilidades	108.871	Depósitos	747.805
Aplicações interfinanceiras de liquidez	40.231	Recursos de aceites e emissão de títulos	441.947
Operações de crédito	8.874.441	Obrigações por repasses do País - Instituições Oficiais	7.569.974
Operações de arrendamento mercantil	(4.176)	Dívidas Subordinadas	313.850
Outros créditos - Créditos tributários	329.377	Outras obrigações	481.152
Outros créditos - Diversos	1.553.675		
Outros valores e bens	24.315	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	90.733
PERMANENTE	81.205	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.362.478
Investimentos	13	Capital :	
Imobilizado de uso	3.654	De domiciliados no País	1.375.368
Imobilizado de arrendamento	76.456	Reserva de lucros	31.038
Ativos intangíveis	1.082	Prejuízos acumulados	(43.928)
TOTAL DO ATIVO	11.007.939	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO	11.007.939

2.1 Instituições integrantes das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as posições financeiras e os resultados do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A, e da investida (100%) Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A (*empresa autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil*).

A elaboração das Demonstrações Financeiras das entidades consolidadas do Banco é efetuada para o mesmo período utilizando-se práticas contábeis consistentes.

A consolidação é integral, todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades consolidadas foram eliminadas.

Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A.

A Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A., é uma sociedade por ações de acordo com a Lei n.º 6.404/76 e alterações posteriores, que tem por objetivo principal efetuar operações de arrendamento definidas pela Legislação em vigor, inclusive sujeito às normas e controles do Banco Central do Brasil.

Maiores informações poderão ser obtidas no site: www.bancomercedes-benz.com.br na rota: “o Banco Mercedes-Benz” seguido de “Demonstrativos Financeiros”.

3. Risco de Crédito

Conforme a Resolução nr.º 3.721/09 do Banco Central do Brasil o Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., define Risco de Crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Para medir, monitorar e mitigar a exposição a riscos de crédito o Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., implantou estrutura de tamanho compatível com a natureza de suas operações, cujo processo de gestão envolve a contínua e integrada análise da evolução de sua carteira de crédito e outros compromissos de créditos assumidos.

3.1 Diretrizes Organizacionais

A estrutura de Gerenciamento de Riscos de Crédito está orientada pela regulamentação local e pelas políticas de crédito distribuídas por sua Matriz que definem os requerimentos e padrões mínimos para realizações de operações de crédito e condução dos mais relevantes processos deste ciclo, visando a uma consistência na abordagem de crédito dentro do Grupo Daimler.

Políticas

As políticas relacionadas ao processo de concessão do crédito e cobrança do Banco Mercedes-Benz estabelecem as regras definidas e aprovadas pela Matriz e abrangem os seguintes aspectos: informações cadastrais, capacidade de pagamento do cliente, tipo de produto, prazo da operação, percentual de entrada, tipo de garantia, modelos estatísticos, análise julgamental, ações de cobrança e indicadores.

Metodologia

A metodologia para medição, monitoramento e mitigação dos riscos de crédito inclui:

- Análises de crédito baseadas em ferramentas estatística / julgamental utilizadas de acordo com o tamanho de crédito e monitoradas para confirmação de seu poder preditivo;
- Estabelecimento de limites para a realização de operações de crédito;
- Sistemas para avaliação constante da evolução da carteira de crédito, tanto em nível individual quanto integrado das operações, sob diversas óticas de integração;
- Procedimentos para recuperações de crédito;
- Compatibilização do nível de provisionamento com o risco de crédito assumido, e adequação aos níveis de Patrimônio de Referência exigidos pela regulamentação;
- Testes de estresse para medições de efeitos nos principais indicadores de desempenho da instituição sob condições extremas de mercado;

- Emissão de relatórios gerenciais periódicos aos diversos níveis de gestão acerca das operações expostas ao risco de crédito.

Papéis e Responsabilidades

A governança do Gerenciamento do Risco de Crédito é efetuada pelo departamento de Gerenciamento de Riscos sob a supervisão da Diretoria da instituição, que zela pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Diretoria – Responsável em acompanhar os resultados das atividades de gerenciamento do risco de crédito do Conglomerado Financeiro Mercedes-Benz do Brasil sempre visando o aprimoramento do ambiente de controles e sua devida mitigação. É também responsável pela aprovação e implantação da estrutura de gerenciamento do risco de crédito, incluindo as políticas, processos e procedimentos, mantendo uma forte cultura de controle dos indicadores de desempenho do ciclo de crédito.

Gerenciamento de Riscos – Responsável pelo monitoramento do risco de crédito, através da normatização dos métodos e geração de relatórios para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco de crédito e sua respectiva divulgação aos devidos níveis de gestão. Também responsável pela medição do nível de provisionamento da carteira para cobertura do risco da empresa.

Comunicação

A área de Gerenciamento de Riscos é a responsável pelo acompanhamento, identificação e comunicação do risco de crédito para a Alta Administração. Dentre os principais instrumentos utilizados por esta área para divulgação dos dados qualitativos da carteira estão: as reuniões mensais do Comitê de Gerenciamento de Risco de Crédito e os relatórios gerenciais mensais.

Maiores informações poderão ser obtidas no site: www.bancomercedes-benz.com.br na rota: “o Banco Mercedes-Benz” seguido de “Gerenciamento de Risco”.

3.2 Exposição ao Risco de Crédito

Seguem abaixo as posições relativas à exposição total de nossa carteira de financiamentos/empréstimos, no mês de referência e a média dos meses que compõe o trimestre.

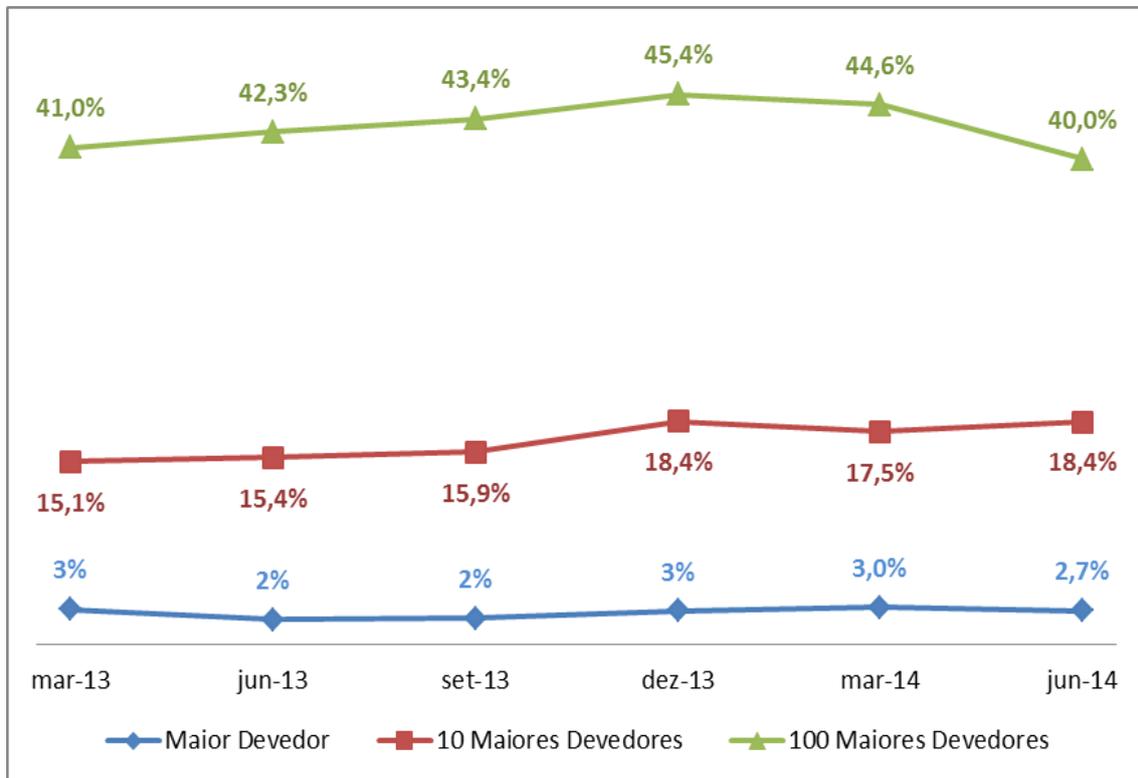
Exposição total no mês de referência

Em R\$ Milhões	Exposição Total					
	mar-13	jun-13	set-13	dez-13	mar-14	jun-14
Pessoa Física	667	630	604	583	564	545
Crédito Rural	-	-	-	-	-	-
Imobiliário	-	-	-	-	-	-
Consignado	-	-	-	-	-	-
Veículos e Arrendamento Mercantil	662	625	599	578	560	541
Cartão de Crédito	-	-	-	-	-	-
Outros	4	5	4	5	5	5
Pessoa Jurídica	8.780	8.920	9.436	9.774	9.683	10.003
Crédito Rural	-	-	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-	-	-
Importação e Exportação	-	-	-	-	-	-
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	1.076	1.197	1.423	1.654	1.284	1.631
Veículos e Arrendamento Mercantil	7.486	7.490	7.765	7.875	8.112	8.161
Outros	219	233	248	245	287	211
Total Geral	9.447	9.550	10.040	10.357	10.247	10.549

Exposição média no trimestre

Em R\$ Milhões	Exposição Média no Trimestre					
	mar-13	jun-13	set-13	dez-13	mar-14	jun-14
Pessoa Física	681	641	611	589	571	549
Crédito Rural	-	-	-	-	-	-
Imobiliário	-	-	-	-	-	-
Consignado	-	-	-	-	-	-
Veículos e Arrendamento Mercantil	676	637	607	585	566	545
Cartão de Crédito	-	-	-	-	-	-
Outros	4	4	4	5	5	5
Pessoa Jurídica	8.805	8.919	9.167	9.794	9.610	10.050
Crédito Rural	-	-	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-	-	-
Importação e Exportação	-	-	-	-	-	-
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	1.035	1.162	1.255	1.573	1.219	1.659
Veículos e Arrendamento Mercantil	7.521	7.518	7.675	7.957	8.145	8.179
Outros	249	239	237	265	247	212
Total Geral	9.486	9.560	9.778	10.383	10.181	10.600

Concentração dos maiores devedores



Em R\$ Milhões	mar-14		jun/14	
	Exposição	% Carteira	Exposição	% Carteira
Maior Devedor	310,7	3,0%	290,0	2,7%
10 Maiores Devedores	1.796,8	17,5%	1.937,0	18,4%
100 Maiores Devedores	4.565,7	44,6%	4.224,0	40,0%

3.3 Por Região Geográfica

O Banco Mercedes-Benz, na condução de seus negócios, agrupou estados da Federação e destinou o controle comercial de cada região a uma única agência de representação. Abaixo se apresenta o agrupamento por região (agência de representação), assim como seus devidos valores de exposição:

Exposição total

Em R\$ Milhões	Exposição Total					
	mar-13	jun-13	set-13	dez-13	mar-14	jun-14
Pessoa Física	667	630	604	583	564	545
Veículos e Arrendamento						
Mercantil	662	625	599	578	560	541
<i>São Paulo</i>	144	135	131	120	118	116
<i>Rio de Janeiro</i>	229	214	204	199	194	185
<i>Porto Alegre</i>	132	125	119	116	109	104
<i>Recife</i>	157	149	142	137	129	125
<i>Brasília</i>	1	2	4	6	9	11
Outros	4	5	4	5	5	5
<i>São Paulo</i>	3	3	3	3	3	3
<i>Rio de Janeiro</i>	1	1	1	1	1	1
<i>Porto Alegre</i>	0	0	0	0	0	0
<i>Recife</i>	0	0	0	1	1	1
<i>Brasília</i>	0	0	0	0	0	0
Pessoa Jurídica	8.780	8.920	9.436	9.774	9.683	10.003
Capital de Giro, Desconto de Tít. e Conta Garantida						
Mercantil	1.076	1.197	1.423	1.654	1.284	1.631
<i>São Paulo</i>	983	1.087	1.277	1.504	1.111	1.429
<i>Rio de Janeiro</i>	19	21	41	28	33	54
<i>Porto Alegre</i>	34	49	58	62	64	69
<i>Recife</i>	40	40	46	50	52	54
<i>Brasília</i>	-	0	1	9	25	25
Veículos e Arrendamento						
Mercantil	7.486	7.490	7.765	7.875	8.112	8.161
<i>São Paulo</i>	2.226	2.207	2.297	2.413	2.420	2.412
<i>Rio de Janeiro</i>	2.347	2.396	2.466	2.434	2.418	2.400
<i>Porto Alegre</i>	1.621	1.598	1.650	1.625	1.640	1.622
<i>Recife</i>	1.287	1.252	1.237	1.195	1.294	1.275
<i>Brasília</i>	4	38	116	209	339	451
Outros	219	233	248	245	287	211
<i>São Paulo</i>	215	228	244	240	282	206
<i>Rio de Janeiro</i>	1	1	1	1	1	1
<i>Porto Alegre</i>	1	1	1	1	1	1
<i>Recife</i>	1	2	2	2	2	2
<i>Brasília</i>	0	0	1	1	1	1
Total Geral	9.447	9.550	10.040	10.357	10.247	10.549

3.4 Por Setor Econômico

Ao financiar principalmente Veículos Pesados, o Banco Mercedes-Benz concentra suas atividades no ramo de Transportes, seja de carga ou de pessoas. Desta forma, apresentamos abaixo a distribuição de nossa carteira em tipo de bem financiado, a saber: “CV” (Veículos Comerciais, i.e., Caminhões, Ônibus e Vans), “PC” (Veículos de Passeio) e Outros Bens.

<i>Em R\$ Milhões</i>	mar-13	jun-13	set-13	dez-13	mar-14	jun-14
PESSOA FÍSICA	667	630	604	583	564	545
PESSOA FISICA	667	630	604	583	564	545
PESSOA JURÍDICA	8.780	8.920	9.436	9.774	9.683	10.003
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	0	0	0	0	0	0
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	62	61	65	62	61	65
ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	60	58	57	59	71	90
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	10	10	11	10	13	13
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	2	3	4	4	4	4
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	274	349	352	354	370	443
ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	4	3	3	3	3	4
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	8	10	9	10	10	9
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	28	25	33	27	34	33
COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	2.355	2.477	2.736	2.941	2.638	2.883
CONSTRUÇÃO	709	663	674	642	621	593
EDUCAÇÃO	3	3	3	2	3	3
ELETRICIDADE E GÁS	2	1	1	1	1	1
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	574	562	635	634	640	634
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	72	69	69	65	66	61
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	4	5	3	3	3	3
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	6	6	6	6	6	8
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	8	7	8	8	7	8
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	4.599	4.610	4.767	4.942	5.130	5.148
Total Geral	9.447	9.550	10.040	10.357	10.247	10.549

3.5 Distribuição por Prazo a decorrer

A seguir, o prazo a decorrer das operações de risco de crédito detalhado por produto:

Em R\$ Milhões	jun-14					mar-14
	até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Pessoa Física	10	28	505	2	545	564
Crédito Rural	-	-	-	-	-	-
Imobiliário	-	-	-	-	-	-
Consignado	-	-	-	-	-	-
Veículos e Arrendamento Mercantil	10	28	501	1	541	559
Cartão de Crédito	-	-	-	-	-	-
Outros	0	0	4	0	5	5
Pessoa Jurídica	1.705	276	6.951	1.072	10.003	9.683
Crédito Rural	-	-	-	-	-	-
Investimento	-	-	-	-	-	-
Importação e Exportação	-	-	-	-	-	-
Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	1.393	14	219	5	1.631	1.284
Veículos e Arrendamento Mercantil	108	261	6.726	1.066	8.161	8.112
Outros	204	1	6	0	211	287
Total Geral	1.715	304	7.457	1.073	10.549	10.247

3.6 Distribuição por Faixas de atraso

Em R\$ Milhões	jun-14							mar-14
	Região	0-14	15-60	61-90	91-180	180-360	Acima de 360	Total
São Paulo	4.036	69	12	15	33	1	4.166	3.934
Rio de Janeiro	481	4	2	1	1	-	489	375
Porto Alegre	1.709	46	10	13	18	-	1.796	1.814
Recife	1.371	30	17	18	22	-	1.457	1.478
Brasília	2.524	49	8	35	25	0	2.641	2.647
Total Geral	10.122	197	48	81	100	1	10.549	10.247

3.7 Provisão para Devedores duvidosos e Prejuízo

Transferência para prejuízo

	Baixa para prejuízo	
	1º Trimestre 2014	2º Trimestre 2014
PESSOA FÍSICA	6	5
PESSOA FÍSICA	6	5
PESSOA JURÍDICA	25	36
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	-	-
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	0	-
ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	0	-
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	-	-
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	0	-
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	1	2
ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	-	-
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	-	-
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	0	-
COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	4	9
CONSTRUÇÃO	4	2
EDUCAÇÃO	-	-
ELETRICIDADE E GÁS	-	-
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	3	2
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	0	-
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	-	-
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	-	-
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	0	0
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	13	21
Total Geral	31	42

Provisão para créditos duvidosos

Em R\$ Milhões

	Constituição líquida de provisão no trimestre				
	Saldo Inicial	Adições	Subtrações	Saldo final	
PESSOA FÍSICA	22	10	-	10	22
PESSOA FÍSICA	22	10	-	10	22
PESSOA JURÍDICA	283	117	-	127	273
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	0	0	-	0	0
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	3	2	-	0	5
ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	1	0	-	0	1
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	0	0	-	0	0
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	0	0	-	0	0
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	6	2	-	2	6
ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	0	0	-	0	0
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	0	0	-	0	0
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	1	0	-	0	1
COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	106	51	-	66	92
CONSTRUÇÃO	16	9	-	6	18
EDUCAÇÃO	0	0	-	0	0
ELETRICIDADE E GÁS	0	-	-	0	0
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	24	9	-	11	21
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	2	1	-	0	3
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	0	0	-	0	0
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	0	0	-	0	0
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	0	0	-	0	0
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	124	41	-	41	124
Total Geral	305	127	-	137	295

3.8 Instrumentos Mitigadores e Concentração do Risco de Crédito

Devido ao perfil de banco de montadora, o BMB opera principalmente no financiamento de bens duráveis, servindo estes como principais garantia, além de aval e, constituindo o principal instrumento mitigador de risco de crédito. A formalização da utilização de veículo financiado como garantia se dá através do registro de gravame, identificado no certificado de propriedade do veículo.

Os processos implantados para análise de crédito, entretanto, auxiliam na determinação de necessidade de outras garantias podendo ser exigidas outras garantias tais como penhor mercantil, hipoteca, seguro de crédito, carta de fiança.

Todas as garantias encontram-se disponíveis nos sistemas do BMB.

Alinhado a Resolução 2.844 do Banco Central do Brasil, o Banco Mercedes-Benz fixou em 25% do Patrimônio de Referência (PR) seu limite máximo de exposição por cliente.

Os limites máximos de exposição são informados mensalmente pela área de Gerenciamento de Riscos e monitorados diariamente pela área de Créditos da instituição.

3.9 Risco de Crédito da Contraparte

O Banco Mercedes-Benz não tem como estratégia a obtenção de lucro com operações de tesouraria, sendo assim, excedentes de caixa são aplicados em operações de CDI, de curto prazo, de no máximo 30 dias.

O Banco Mercedes-Benz possui também uma aplicação em CDI com prazo de 01 ano, a qual tem por finalidade mitigar o risco de liquidez da instituição.

Todas as operações são devidamente registradas e liquidadas por câmaras de liquidação (CETIP).

Abaixo segue a posição em valor bruto da operação sujeita ao Risco de Crédito da Contraparte conforme definido pelo artigo 9º da Circular n.º 3.678/13 do Banco Central do Brasil.

	dez/13	mar/14	jun/14
CDI	R\$ 42.245,94	R\$ 43.259,20	R\$ 40.230,90

4. Risco de Mercado

Conforme a Resolução n. °3.464/07 do Banco Central do Brasil o Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., define Risco de Mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos índices de preços de mercadorias (commodities) detidas por instituição financeira.

Não faz parte da estratégia da instituição possuir operações com intenção de negociação ou que representem risco de exposição cambial. Devido à natureza e as características das operações do Conglomerado Financeiro.

No caso de exposição cambial, todas as operações em moeda estrangeira deverão ser aprovadas individualmente pela Matriz na Alemanha, sendo as mesmas acompanhadas por instrumentos derivativos para fins de cobertura de riscos de exposição de flutuação da taxa de câmbio.

Devido à natureza e características das operações do Banco Mercedes, assim como os seus objetivos de negócio, não faz parte da estratégia da instituição possuir operações com intenção de negociação, possuindo apenas operações classificadas como não negociação ou “Banking”.

4.1 Carteira “Banking”

Consiste em todas as operações não enquadradas na carteira de negociação e que tem como principal característica ser mantida pela Instituição até o vencimento.

Metodologia

O Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A, optou por mensurar e controlar seu risco de mercado utilizando a metodologia Economic Value Equity (EVE). O EVE consiste na mensuração do impacto no valor presente do fluxo de caixa de ativos subtraído o valor presente dos fluxos de caixa do passivo considerando choques nas taxas de juros pré-fixadas.

A alocação de capital para cobertura de risco de mercado é realizada através deste modelo.

Controle e Monitoramento

O Banco Mercedes-Benz do Brasil S/A e a Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S/A adotaram sistemas, metodologias e modelos baseados nas melhores práticas de mercado, que são testados anualmente quanto à sua eficácia na identificação de exposição ao risco de mercado.

A área de Gerenciamento de Riscos disponibiliza relatórios gerenciais periódicos de controle as exposições aos membros do Comitê de Risco de Mercado e Liquidez, além de monitorar diariamente os limites operacionais e as posições assumidas pela Tesouraria.

Dentre os principais relatórios gerenciais utilizados para o monitoramento de risco de mercado estão:

- Evolução do Eve
- Evolução da “Duration” das carteiras ativas e passivas
- Testes de estresse.
- Outros

Os procedimentos para execução e distribuição dos relatórios estão documentados e disponíveis para consultas.

Com a finalidade de manter o risco de mercado em níveis aceitáveis pela instituição, foram definidos limites operacionais de exposição. Estes limites são aprovados pelo Comitê e monitorados diariamente pela área de Gerenciamento de Riscos.

Os dados gerados para adequada medição, monitoramento e controle de exposição ao risco de mercado são usados na geração de relatórios gerenciais, e arquivados para referência futura.

Risco de Taxas de Juros

A mensuração e o controle do risco de mercado são feitos por meio de metodologia Economic Value Equity (EVE). O EVE consiste na mensuração do impacto no valor presente do fluxo de caixa de ativos subtraído o valor presente dos fluxos de caixa do passivo considerando choques nas taxas de juros pré-fixadas. A diferença entre os valores obtidos entre as carteiras será o EVE, ou seja, o risco de taxa de juros atribuído a Carteira Banking.

Para a mensuração do risco de taxa de juros da Carteira Banking não é utilizada a premissa de liquidação antecipada de empréstimos, pois essa situação não é representativa diante do volume total de operações. Também não possuímos operações que não possuam vencimento definidos como depósitos a vista.

Maiores informações poderão ser obtidas no site: www.bancomercedes-benz.com.br na rota: “o Banco Mercedes-Benz” seguido de “Gerenciamento de Risco”.

5. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

5.1 Controle e Monitoramento

O processo de gerenciamento do risco de liquidez contempla o acompanhamento da composição dos recursos disponíveis, o cumprimento do nível mínimo de liquidez e do plano de contingência para situações de estresse. Este processo visa utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

A gestão de risco de liquidez está estruturada da seguinte forma:

- Controle: execução realizada pela Tesouraria e o controle das posições é realizado pela área de back-office, que tem por responsabilidade fornecer as informações necessárias para gestão e acompanhamento do cumprimento dos limites estabelecidos.
- Monitoramento: realizado pela área de Gerenciamento de Riscos, responsável pela mensuração da reserva mínima de liquidez, revisão de políticas, normas, critérios e procedimentos.

Os valores de exposição são acompanhados pela área de Riscos diariamente através de relatórios gerenciais e pelo Comitê de Risco de Mercado e Liquidez periodicamente através de relatórios ou reuniões presenciais.

Dentre os principais relatórios gerenciais utilizados para o monitoramento de risco de liquidez estão:

- Projeções diárias
- Projeção de encerramento mensal de caixa - (Cashflow 12 months)
- “Gap analysis”
- Concentração de linhas de captação de recursos (exceto BNDES)
- Testes de estresse
- Outros.

Com a finalidade de manter o risco de mercado em níveis aceitáveis pela instituição, foram definidos limites operacionais de exposição, são eles:

- Reserva Mínima de Liquidez
- Concentração de vencimento no passivo (exceto BNDES).

Os dados gerados para adequada medição, monitoramento e controle de exposição ao risco de liquidez são usados na geração de relatórios gerenciais, e arquivados para referência futura.

Papéis e Responsabilidades

A governança do Gerenciamento do Risco de Mercado e Liquidez é efetuada pelo departamento de Gerenciamento de Riscos sob a responsabilidade da Gerencia de Riscos, estando segregada das unidades de execução e de auditoria.

Diretoria: Responsável em acompanhar os resultados das atividades de gerenciamento de risco de mercado e liquidez do Conglomerado Financeiro Mercedes-Benz do Brasil, visando o aprimoramento do ambiente de controles e sua devida mitigação, além da aprovação e implantação da estrutura de gerenciamento de risco de mercado e liquidez, incluindo as políticas, metodologia, processos, mantendo uma forte cultura de controle garantindo a conformidade com as regras existentes.

Gerenciamento de Riscos: Monitoramento do risco de mercado e liquidez, através da normatização dos métodos e geração de relatórios para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco de mercado e liquidez, concluindo com sua respectiva divulgação aos devidos níveis de gestão.

Comunicação

A área de Gerenciamento de Riscos é a responsável pelo acompanhamento, identificação e comunicação do risco de mercado e liquidez para a Alta Administração. Dentre os principais instrumentos utilizados por esta área para divulgação e controle do risco de mercado e liquidez estão: as reuniões trimestrais do Comitê de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez e os relatórios gerenciais mensais.

Maiores informações poderão ser obtidas no site: www.bancomercedes-benz.com.br na rota: “o Banco Mercedes-Benz” seguido de “Gerenciamento de Risco”.

6. Risco Operacional

A definição de risco operacional adotada pelo BMB é a seguinte:

“**Risco Operacional** é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal, mas exclui o risco estratégico, de imagem e o de reputação.”

Em conjunto com esta definição, o BMB utiliza as seguintes categorias para classificação dos riscos operacionais:

- I - Fraudes internas;
- II - Fraudes externas;
- III - Relações Trabalhistas;
- IV - Processos;
- V - Danos a Ativos;
- VI - Práticas Comerciais;
- VII - Interrupção de Negócios / Falhas em Sistemas;
- VIII - Legal.

6.1 Metodologia

A metodologia utilizada para gestão de risco operacional contempla as seguintes fases:

- a) Entendimento de processo;
- b) Identificação de riscos e controles;
- c) Sugestões de novos controles e planos de ação;
- d) Testes de controles;
- e) Monitoramento.

O conglomerado financeiro optou pela metodologia de abordagem pelo indicador básico para o cálculo de alocação de capital.

Papéis e Responsabilidades

As áreas de negócio, através de seus gestores e dos representantes de risco operacional, gerenciam constantemente este risco. A governança do risco operacional é efetuada pelo departamento de Gerenciamento de Riscos, com a supervisão do Comitê de Risco Operacional, que é responsável pela aprovação da política, dos procedimentos, da estrutura e da metodologia a ser utilizada, sempre zelando pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos da instituição.

Comitê de Risco Operacional

O BMB constituiu, dentro de sua estrutura de gerenciamento de riscos, um Comitê específico para tratar os assuntos relacionados a risco operacional. Este comitê é composto da seguinte forma:

Membros votantes:

Diretor Presidente

Diretor Financeiro

Diretor de Crédito

Diretor de Operações

Diretor Comercial

Áreas de apoio:

Gerenciamento de Riscos

Controles Internos

Auditoria Interna

Gerenciamento de Riscos

Sua principal função é suprir a Alta Administração com informações gerenciais que possibilitem a adequada gestão dos riscos da empresa, criando um ambiente de transparência em relação aos níveis de exposição relacionados aos riscos identificados.

Os processos de gerenciamento de risco operacional, especificados pela área de Gerenciamento de Riscos, serão localmente aplicados pelos gestores / representantes de risco operacional de cada área.

Gestores das áreas de negócios e Representantes de Risco Operacional

Na estrutura definida pelo BMB para realizar a gestão do risco operacional, os gestores se enquadram como principais responsáveis por administrar permanentemente o risco operacional em seus processos.

Visando maior abrangência e maior proximidade das atividades operacionais, parte da responsabilidade dos gestores poderá ser delegada a um representante de Risco Operacional de seu departamento.

Controles Internos

As atividades de Controles Internos são executadas de forma independente e segregada da área de risco operacional. As definições das funções exercidas por Controles Internos estão detalhadas em política específica.

Auditoria Interna

Efetua verificações independentes quanto à efetividade do gerenciamento dos riscos operacionais no BMB.

Comunicação

A área de Gerenciamento de Riscos é a responsável pelo acompanhamento, identificação e comunicação do risco operacional para a Alta Administração. Dentre os principais instrumentos utilizados por esta área para divulgação e controle do risco operacional estão: as reuniões regulares do Comitê de Gerenciamento de Risco Operacional e os relatórios gerenciais periódicos.

Maiores informações poderão ser obtidas no site: www.bancomercedes-benz.com.br na rota: “o Banco Mercedes-Benz” seguido de “Gerenciamento de Risco”.

Anexo I

Anexo I - Composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR				
Número da linha	Capital Principal: instrumentos e reservas	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) 1	Referência do balanço do conglomerado 2
1	Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	1.375.367	1.375.367	Capital: de domiciliados no País
2	Reservas de lucros	(12.889)	(12.889)	(Reserva de lucros) + (Prejuízos acumulados)
3	Outras receitas e outras reservas	-	-	-
4	Instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-	-
5	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não de dutível do Capital Principal	-	-	-
6	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	1.362.478	1.362.478	-
Número da linha	Capital Principal: ajustes prudenciais	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) 1	Referência do balanço do conglomerado 2
7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamento de instrumentos financeiros	-	-	-
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	-	-	-
9	Ativos intangíveis	103	514	Amortização acumulada
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	2.685	13.424	Créditos tributários
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente.	-	-	-
12	Diferença a menor entre o valor provisionado e a perda esperada para instituições que usam IRB	-	-	-
13	Ganhos resultantes de operações de securitização	-	-	-
14	Ganhos ou perdas advindos do impacto de mudanças no risco de crédito da instituição na avaliação a valor justo de itens do passivo	-	-	-
15	Ativos anuais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	-	-	-
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	-	-
17	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Capital Principal	-	-	-
18	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas	-	-	-
19	Participações superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	-	-
20	Mortgage servicing rights	-	-	-
21	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas.	-	-	-
22	Valor que excede a 15% do Capital Principal	-	-	-
23	do qual oriundo de participações no capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas, no capital de empresas assemelhadas a instituições financeiras que não sejam consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	-	-
24	do qual oriundo de direitos por serviços de hipoteca	-	-	-
25	do qual oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	-	-	-
26	Ajustes regulatórios nacionais	4	4	-
26.a	Ativos permanentes diferidos	4	4	Bens arrendados
26.b	Investimento em dependências, instituições financeiras controladas no exterior ou entidades não financeiras que componham o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-	-	-
26.c	Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Principal emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeira no exterior, que não componham o conglomerado	-	-	-
26.d	Aumento de capital social não autorizado	-	-	-
26.e	Excedente ao valor ajustado de Capital Principal	-	-	-
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital	-	-	-
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da resolução nº 4.192, de 2013	-	-	-
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-	-	-
26.i	Destaque do PR	-	-	-
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	-	-	-
27	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Principal em função de insuficiência do Capital Complementar e de Nível II para cobrir deduções	-	-	-
28	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	2.791	13.942	-
29	Capital Principal	1.359.686	1.348.536	-
Número da linha	Capital Complementar: instrumentos	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) 1	Referência do balanço do conglomerado 2
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	-	-	-
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-	-	-
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	-	-	-
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-	-
34	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não de dutível do Capital Complementar	-	-	-
35	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-	-
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias	-	-	-

Número da linha	Capital Complementar: deduções regulatórias	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) 1	Referência do balanço do conglomerado2
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Capital Complementar, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	-	-
38	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao capital complementar			
39	Valor agregado dos investimentos inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior que não componham o conglomerado e que exceda 10% do valor do Capital Complementar	-	-	-
40	Investimentos superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	-	-	-
41	Ajustes regulatórios nacionais	-	-	-
41.a	Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Complementar emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior que não componham o conglomerado, considerando o montante inferior a 10% do valor do Capital Complementar	-	-	-
41.b	Participação de não controladores no Capital Complementar	-	-	-
41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	-	-	-
42	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Complementar em função de insuficiência do Nível II para cobrir deduções	-	-	-
43	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	-	-	-
44	Capital Complementar	-	-	-
45	Nível I	1.359.686	1.348.536	-
Número da linha	Nível II: instrumentos	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) 1	Referência do balanço do conglomerado2
46	Instrumentos elegíveis ao Nível II	53.452	53.452	Dívida subordinada
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	100.785	260.398	Dívida subordinada
48	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Nível II	-	-	-
49	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-	-
50	Excesso de provisões em relação à perda esperada no IRB	-	-	-
51	Nível II antes das deduções regulatórias	154.237	313.850	-
Número da linha	Nível II: deduções regulatórias	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) 1	Referência do balanço do conglomerado2
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-	-	-
53	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Nível II			
54	Valor agregado dos investimentos inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior que não componham o conglomerado, que exceda 10% do valor do Nível II	-	-	-
55	Investimentos superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou de instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	-	-	-
56	Ajustes regulatórios nacionais	-	-	-
56.a	Instrumentos de captação elegíveis ao Nível II emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior, que não componham o conglomerado	-	-	-
56.b	Participação de não controladores no Nível II	-	-	-
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	-	-	-
57	Total de deduções regulatórias ao Nível II	-	-	-
58	Nível II	154.237	313.850	-
59	Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	1.513.923	1.662.386	-
60	Total de ativos ponderados pelo risco	11.138.746	-	-
Número da linha	Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal	%		
61	Índice de Capital Principal (ICP)	12,21%		
62	Índice de Nível I (IN1)	12,21%		
63	Índice de Basileia (IB)	13,59%		
64	Valor total de Capital Principal demandado especificamente para a instituição (% dos RWA)	4,5%		
65	do qual: adicional para conservação de capital	0,0%		
66	do qual: adicional contracíclico	0,0%		
67	do qual: adicional para instituições sistemicamente importantes em nível global (G-SIB)			
68	Montante de Capital Principal alocado para suprir os valores demandados de Adicional de Capital Principal (% dos RWA)	7,71%		
Número da linha	Mínimos Nacionais	%		
69	Índice de Capital Principal (ICP), se diferente do estabelecido em Basileia III			
70	Índice de Nível I (IN1), se diferente do estabelecido em Basileia III	5,5%		
71	Índice de Basileia (IB), se diferente do estabelecido em Basileia III	11%		
Número da linha	Valores abaixo do limite para dedução (não ponderados pelo risco)	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) 1	Referência do balanço do conglomerado2
72	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	-	-
73	Participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	-	-
74	Mortgage servicing rights			
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, não deduzidos do Capital Principal	789.881		Créditos tributários

Número da linha	Limites à inclusão de provisões no Nível II	Valor (R\$ mil)		
76	Provisões genéricas elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada			
77	Limite para a inclusão de provisões genéricas no Nível II para exposições sujeitas à abordagem padronizada			
78	Provisões elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem IRB (antes da aplicação do limite)	-		
79	Limite para a inclusão de provisões no Nível II para exposições sujeitas à abordagem IRB	-		
Número da linha	Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de outubro de 2013 e 1º de janeiro de 2022)	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil) 1	Referência do balanço do conglomerado 2
80	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013			
81	Valor excluído do Capital Principal devido ao limite			
82	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	-	-
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite	-	-	-
84	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	100.785	260.398	Dívida subordinada
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite	-	-	-

1 Coluna em que deve constar o valor dos ajustes regulatórios sujeitos ao tratamento temporário. O ajuste regulatório corresponde ao valor:

- dos instrumentos autorizados a compor o PR da instituição antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013, que, entre 1º de outubro de 2013 e 31 de dezembro de 2021, ainda compõem o PR da instituição, conforme art 28 da Resolução nº 4.192, de 2013 (as linhas 33, 35, 47, 48 e 49 poderão ter valores preenchidos nesta coluna até 31 de dezembro de 2021);

- dos ajustes prudenciais que, entre 1º de outubro de 2013 e 31 de dezembro de 2017, ainda não forem integralmente deduzidos do PR, conforme art 11 da Resolução nº 4.192, de 2013 (as linhas 5, 8, 9, 12, 15, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 34, 48, 83 e 85 poderão ter valores preenchidos nesta coluna até 31 de dezembro de 2017).

2 Deve constar nesta coluna, para as datas-base de 30 de junho e de 31 de dezembro de cada ano, a referência dos instrumentos reportados na tabela em relação ao balanço patrimonial da instituição ou do conglomerado, conforme inciso I e §1º do art 3º desta Circular.

3 As linhas 4, 33, 35, 47 e 49 devem ser apagadas a partir de 1º de janeiro de 2022, data em que os instrumentos nela informados não serão mais aceitáveis para compor o PR.

Anexo II

Anexo 2 - Principais Características dos Instrumentos do Patrimônio de Referência (PR)				
Número da linha	Característica			
1	Emissor	Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.	Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.	Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.
2	Identificador único (ex. Cusip, Isin ou identificador Bloomberg para colocação privada)	LFS011000ZW	LFS00110015J	LFSN130001U
3	Lei aplicável ao instrumento	Resolução 3.444/07 CMN		Resolução 4.192 de 2013 do CMN
Tratamento Regulatório				
4	Tratamento temporário de que trata o art 28 da Resolução n.º 4.192, de 2013	NÍVEL II		
5	Tratamento após o tratamento temporário de que trata a linha anterior	NÍVEL II		
6	Elegibilidade para a instituição individual/conglomerado/conglomerado e instituição individual	INDIVIDUAL		
7	Tipo de instrumento	Dívida Subordinada LF Pós	Dívida Subordinada LF Pós	Dívida Subordinada LF Pós
8	Valor reconhecido no PR (em R\$ mil, na última data-base reportada)	39.435	61.350	53.452
9	Valor de face do instrumento (em R\$ Mil)	50.000	80.000	50.000
10	Classificação contábil	Cosif 4.9.9.96.00-3 DIVIDAS SUBORDINADAS ELEGÍVEIS A CAPITAL		
11	Data original de emissão	05/10/2011	27/12/2011	22/11/2013
12	Perpetuo ou com vencimento	Com vencimento		
13	Data original de vencimento	20/09/2017	15/12/2017	22/11/2019
14	Opção de resgate ou recompra	Não		
15	(1) Data de resgate ou recompra (2) Data de resgate ou recompra condicionadas (3) Valor de resgate ou recompra (em R\$ mil)	Não Aplicável		
16	Datas de resgate ou recompra subsequentes, se aplicável	Não Aplicável		
Remuneração/Dividendos				
17	Remuneração ou dividendos fixos ou variáveis	Remuneração variável		
18	Taxa de remuneração e índice referenciado	118% CDI	118% CDI	115% CDI
19	Existência de suspensão de pagamento de dividendos	Não		
20	Completa discricionariedade, discricionariedade parcial ou mandatário	Mandatário		
21	Existência de cláusulas que alterem prazos ou condições de remuneração pactuados ou outro incentivo para resgate	Não		
22	Cumulativo ou não cumulativo	Não cumulativo		
23	Convertível ou não convertível em ações	Não convertível		Sim
24	Se convertível, em quais situações	Não Aplicável		Divulgação pela instituição emitente, na forma estabelecida pelo Banco Central do Brasil, de que seu Capital Principal está em patamar inferior a 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) do montante RWA, apurado na forma estabelecida pela Resolução nº 4.193, de 2013 Assinatura de compromisso de aporte para a instituição emitente, caso se configure a exceção prevista no caput do art. 28 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decretação, pelo Banco Central do Brasil, de regime de administração especial temporária ou de intervenção na instituição emitente Determinação, pelo Banco Central do Brasil, de sua conversão, segundo critérios estabelecidos em regulamento específico editado pelo Conselho Monetário Nacional
25	Se convertível, totalmente ou parcialmente	Não Aplicável		Totalmente
26	Se convertível, taxa de conversão	Não Aplicável		100%
27	Se convertível, conversão obrigatória ou opcional	Não Aplicável		Obrigatória
28	Se convertível, especificar para qual tipo de instrumento	Não Aplicável		Ação
29	Se convertível, especificar o emissor do instrumento para o qual pode ser convertido	Não Aplicável		Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.
30	Características para a extinção do instrumento	Não		Sim
31	Se extingüível, em quais situações	Não Aplicável		Divulgação pela instituição emitente, na forma estabelecida pelo Banco Central do Brasil, de que seu Capital Principal está em patamar inferior a 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) do montante RWA, apurado na forma estabelecida pela Resolução nº 4.193, de 2013 Assinatura de compromisso de aporte para a instituição emitente, caso se configure a exceção prevista no caput do art. 28 da Lei Complementar nº 101, de 2000 Decretação, pelo Banco Central do Brasil, de regime de administração especial temporária ou de intervenção na instituição emitente Determinação, pelo Banco Central do Brasil, de sua extinção, segundo critérios estabelecidos em regulamento específico editado pelo Conselho Monetário Nacional
32	Se extingüível, totalmente ou parcialmente	Não Aplicável		Parcial
33	Se extingüível, permanentemente ou temporariamente	Não Aplicável		Permanentemente
34	Se extinção temporária, descrição da situação em que o instrumento volte a ser considerado no PR	Não Aplicável		Não aplicável
35	Posição na hierarquia de subordinação em caso de liquidação (especifica o tipo de instrumento de ordem imediatamente superior)	Não Aplicável		
36	Possui características que não serão aceitas após o tratamento temporário de que trata o art 28 da Resolução n.º 4.192, de 2013	SIM		NÃO
37	Se sim, especificar as características de que trata a linha anterior	Sem cláusula de conversibilidade		Não aplicável

1 A instituição pode optar por divulgar este template em forma de planilha e adicionar colunas para cada um dos instrumentos de capital do PR.